

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A OBRA MISSIONÁRIA DOS PORTUGUESES. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NO LICEU RODRIGUES DE FREITAS, NO DIA 6 DE ABRIL DE 1935.

LIMA, Augusto César Pires de

Ano: 1936 | Número: 46

Como citar este documento:

LIMA, Augusto César Pires de, A Obra Missionária dos Portugueses. Conferência pronunciada no Liceu Rodrigues de Freitas, no dia 6 de Abril de 1935. *Revista de Guimarães*, 46 (3-4) Jul.-Dez. 1936, p. 134-158.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A Obra Missionária dos Portugueses

(Continuação da pág. 92)

Assim como as Côrtes nascidas da Revolução de 1820, por amor aos princípios, empurraram para a revolta o Brasil, depois do avanço gigantesco que a essa colónia deu D. João VI, querendo-lhe cercear de novo as regalias concedidas e reduzi-la a uma simples província colonial, também o liberalismo de 1834 concorreu para que não vissemos unidas as nossas possessões da Costa Ocidental e Oriental da África.

A decadência das nossas missões chegou a tanto que em 1880 só havia cinco padres em Moçambique.

Depois das expedições em que teve um papel primordial Paiva de Andrade (1), e por influência dêste, voltaram a estabelecer-se na Zambézia, os Jesuítas, que se foram estendendo até ao Zumbo.

Tornou-se notável a missão de Boroma, a 650 K1. de Quelimane e a 25 do Tete, a mais florescente de Moçambique, segundo Freire de Andrade, e cujos serviços foram reconhecidos por pessoas insuspeitas. como Brito Camacho e Heitor Passos.

Tinha uma igreja majestosa, escolas para ambos os sexos, onde chegaram a estar internados 200 rapazes, enquanto as irmãs de S. José de Cluny tiveram a

(1) Disse dele Oliveira Martins: «Paiva de Andrade ficará, nesta nossa derrocada colonial, ao lado dos antigos ascetas missionários, um Anchieta, um Xavier, que nos iluminaram os primeiros dias da vida ultramarina». — *Portugal em Africa*, pág. 215 (Pôrto, 1891).

seu cargo 240 raparigas (1), hospital, oficinas de ferreiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, encadernador e tipógrafo, granjas agrícolas onde os indígenas aprendiam agricultura e pecuária, dois motores a vapor, um dos quais movia um moinho e uma serra mecânica e outro elevava a água para usos domésticos e rega de um extenso pomar.

A missão velava pela conservação da estrada de Tete a Chicoa numa extensão de 150 quilómetros e dispunha do vaporzinho fluvial *Salvador*.

À sua roda havia numerosas escolas dirigidas por alunos formados no internato (2).

Na conferência de Berlim de 1885 estipulou-se que as Potências, com direitos de soberania nos territórios do sertão, protegessem tôdas as instituições religiosas destinadas a melhorar as condições dos naturais e a suprimir o tráfico dos escravos — disposição que aparece também na conferência de Bruxelas de 1890 e no tratado de Versalhes (art.º 438).

O explorador Henrique Augusto Dias de Carvalho mostrava a necessidade de empenharmos todos os esforços para se espalharem entre as nossas províncias de Angola e Moçambique bons missionários (3).

Invocando as decisões da conferência de Berlim, já em 1887 protestava Salisbury contra os nossos tratados com a França e com a Alemanha, pois não nos reconhecia direito a exercermos

“jurisdição em terrenos, onde não tínhamos
“ocupação efectiva.

Embora por um desleixo, muito característico da raça portuguesa, de que já se queixava Garcia de Resende no prefácio do *Cancioneiro Geral* e que cen-

(1) Francisco Rodrigues, *Os Jesuitas Portugueses na África Oriental*, pág. 11 (Pôrto, 1927).

(2) Acácio Casimiro, *A Actividade Missionária da Companhia de Jesus*, pág. 14 (Pôrto, 1931).

(3) *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua — Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, pág. 731 (Lisboa, 1890).

sura Garcia de Horta — «Verdade he que os Portugueses não sam muyto curiosos nem bons escritores: sam mais amiguos de fazer, que de dizer» (1) — não tivéssemos tidô o cuidado de registrar todos os esforços dos nossos exploradores, conhecíamos as viagens pelo interior de Rui de Sousa, Baltasar de Castro, Gonçalo da Silveira, Rebêlo de Aragão, Francisco José de Lacerda e Almeida, os pombeiros Pedro Baptista e Anastácio Francisco (2).

Nos seus *Coloquios dos Simples* (3) conta Garcia de Horta:

«...Da Ilha de Sam Tomé até Çofala e Moçambique veo hum clérigo por terra, e dahi veo a esta cidade de Goa, e eu o conheci muito bem.

Mas exigiam-se provas mais positivas... e veio o *Ultimátum*, que nos roubou a faixa entre Angola e Moçambique.

O raio assombrou-nos, não nos deixando enxergar bem através da poeira levantada: muitos culpados se arvoraram em juizes e muitos inocentes foram lançados às feras.

Começou então a compreender-se, mas já tarde de mais, infelizmente, uma das muitas vantagens dos missionários, cuja obra era desprezada há muitas dezenas de anos.

No tratado de 20 de Agôsto de 1890 entre Portugal e a Inglaterra (art.º 10.º) estabeleceu-se que os missionários das duas nações gozariam de completa protecção em todos os territórios africanos sujeitos à soberania ou influência das duas potências.

A favor das missões manifestavam-se homens do valor de Mousinho de Albuquerque e António Enes, êste último bem conhecido pelo seu anticlericalismo (4).

(1) *Coloquios*, vol. II, pág. 248.

(2) Cfr. *Revista Universal Lisbonense*, ano 12.º, pág. 46.

(3) *Coloquios*, vol. V, pág. 203 (Lisboa, 1891).

(4) Vid. a sua obra *Os Lazaristas*. Contra ela se revolta o P. Sena Freitas no seu opúsculo *Os Lazaristas pelo lazarista Snr. Ennes* (Pôrto, 1875).

Mas elas não podiam viver sem o auxílio da metrópole, onde tínhamos de instalar os institutos de preparação missionária.

E as paixões ferviam, porque o espírito vinista que presidira ao decreto de 1834, não se apagara.

Veio por fim o decreto de 18 de Abril de 1901 reconhecer, mediante estatutos aprovados pelo Governo, a existência legal das associações de carácter religioso, destinadas a actos de beneficência ou caridade, à educação e ensino ou à *propaganda da fé e civilização no Ultramar*.

Não desarmaram os inimigos dos institutos religiosos, e a luta foi tomando incremento como meio hábil de desviar as atenções das minas que ameaçavam as muralhas seculares que sustinham as antigas instituições.

A tática deu resultado: a 3 de Outubro de 1910 andavam os pretensos defensores da monarquia a fazer inquéritos sobre as casas religiosas, que seriam dissolvidas quando encontradas fora do sistema estabelecido em 1901.

Dois dias depois a monarquia desabava...

Imediatamente se ressuscitaram as Leis de Pombal e de Aguiar, mesmo nos seus ridículos anacronismos, e a fúria contra os institutos religiosos foi tal que havíamos de julgá-los incompatíveis com o regime republicano, como se eles não vivessem livremente, e acarinhados até, em muitas repúblicas!

E vimos levianamente saqueados museus, bibliotecas e arquivos, como nos colégios de S. Fiel e de Campolide, na residência de Quelhas em Lisboa e no colégio de Montariol em Braga ⁽¹⁾.

Não tinha o legislador a serenidade precisa para reconhecer que o inimigo mais implacável do novo regime não era o espírito religioso da grande maioria dos portugueses, espírito inãbilmente ofendido por

(1) L. Gonzaga de Azevedo, S. J., *Proscritos*, 1.^a parte, pág. 176 (Valladolid, 1911); P. M. Alves Correia, *Missões Franciscanas Portuguesas de Moçambique e da Guiné*, pág. 20 (Braga, 1934).

algumas cláusulas da lei de Separação, traduzidas da lei francesa e pioradas, como nos revela um exame atento.

Pintam os propagandistas um regime como a fonte da verdadeira felicidade, como um paraíso; mas, como um paraíso na terra é impossível, e no céu o pretendem apagar, e como os propagandistas, alcançados no govêrno, se revelam homens, a revolta renasce, novos propagandistas surgem, e assim se caminha de revolta em revolta...

Repetiu-se o êrro de 1834: expulsos os Jesuítas da metrópole, entendeu-se que o mesmo devia fazer-se nas colónias.

Nós éramos obrigados pelos tratados de Berlim, de Bruxelas e de 1890 com a Inglaterra a proteger os missionários... mas sob a condição monstruosa de serem estrangeiros!

E a eloqüentíssima lição de Boroma foi lamentavelmente aniquilada.

Esperou-se apenas que em 1911 chegassem à Zambézia os missionários alemães da Congregação do Verbo Divino, consentindo o Govêrno que os Jesuítas portugueses se demorassem o tempo essencial à iniciação dos novos religiosos!

Depois da Grande Guerra foram dispensados os missionários da Congregação do Verbo Divino e substituídos em algumas estações por sacerdotes seculares.

Escrevia a propósito o superior P.^c J. R. Gonçalves:

«Oh! se muitos dos nossos tivessem viajado por estes sertões e tivessem encontrado à beira dos caminhos... as sepulturas dos nossos missionários; se tivessem nos cemitérios orado e chorado sôbre os restos mortais de tantos homens de merecimento, que sacrificaram a sua vida no cultivo dêste formoso campo; e, se, depois, para enxugar as lágrimas dos olhos, os tivessem espraído por sôbre as sementeiras e notassem o viço com que vinham rompendo as novidades, avigoradas pela fecundidade dos suores daqueles operários, não me cabe dúvida que se associa-

«riam a nós no profundo pesar que nos
«causa a idea de ter de abandonar a Zam-
«bézia... (1).

O êrro de 1759, de 1834 e de 1910, só tem para nós uma explicação — a apologia da célebre máxima citada por Oliveira Martins:

«Morram as colónias, mas salvem-se os prin-
«cípios.

Não se lembraram os obcecados pelos preconcei-

(1) Francisco Rodrigues, *Os Jesuitas Portugueses na Africa Oriental*, pág. 14.

E' interessante a seguinte nota, que me foi gentilmente enviada pelo P. Raúl Sarreira, Reitor do Instituto Nun'Álvares. Incluímos também outras notas biográficas pedidas por aquele nosso amigo ao P. Francisco Rodrigues, notas que serviram para acrescentar ou corrigir os nossos apontamentos:

**Libri missionis Zambeziae inferioris extinctae
expositi a Provincia Lusitana S. J.**

a) — Typis editi

- 1 P. TORREND, S. J. (Jules) — A Comparative Grammar of the South-African Bantu Languages, comprising those of Zanzibar, Mozambique, the Zambezi, Kafirland, Benguela, Angola, the Congo, the Cameroons, the Lake Regions, etc.
- 2 P. COURTOIS, S. J. (Victor José) — Dicionário Cafre-tetense-português.
- 3 P. COURTOIS, S. J. (Victor) — Dicionário Português-cafre-tetense.
- 4 CATALOGUS Patrum ac Fratrum qui in Missione Zambeziae, in territorio Lusitanae ditionis, vita functi sunt ab anno 1881 ad annum 1913.
- 5 P. COURTOIS, S. J. (Victor Joseph) — Notes chronologiques sur les anciennes Missions Catholiques au Zambéze.
- 6 P. DUPEYRON, S. J. (Pedro) — Pequeno Vademecum da lingua Bantu na Provincia de Moçambique, ou Breve estudo da lingua Chi-yao ou Adjana.
- 7 P. MOREIRA, S. J. (Alexandre M. Aranha Furtado de Mendonça) — Resumo da História Sagrada, traduzida em linguagem Echuabo, falada em Quelimane.
- 8 P. COURTOIS, S. J. (Victor José) — Elementos de Gramática Tetense, língua Chinyungue, idioma falado no distrito de Tete e em tôda a vasta região do Zambeze inferior. (Nova edição).

tos de que os homens passam — ; e com que velocidade, ai de nós ! — os princípios políticos envelhecem, mas as colónias, mesmo depois da sua independência, ficam para testemunho vivo da immortalidade da Pátria, como ficam sempre a sobrenadar, depois de todos os cataclismos, os preceitos de Cristo, fonte cristalina da verdadeira Liberdade, da Igualdade incorrupta e da Fraternidade sem rebuços.

Eu bem sei que alguns governadores das nossas províncias ultramarinas continuaram a proteger os missionários, estes um pouco a medo, aqueles mais abertamente. ¿Mas de que valia a protecção, se na

-
- 9 P. COURTOIS, S. J. (Victor) — Santo Evangelyo ya Jezu-Kristo, yakukondzedua mu Chi-nyungue.
 - 10 P. PETIT, S. J. (Joseph) — Victor Joseph Courtois, de la Compagnie de Jésus, Missionnaire au Zambèze.
 - 11 P. COURTOIS, S. J. (Victor José) — Bzidapi na Bziindzano Bzachisenzzi..... (Fables et Contes cafres).
 - 12 P. COURTOIS, S. J. (Victor José) — Rivuru Bakutoma refundizza kureri na kunemba. (Le premier livre pour enseigner à lire et à prier).
 - 13 P. COURTOIS, S. J. (Victor José) — Kumbukani lbzi Buino, Uk'afuna Machenk'o ya Muzinu Uakukungura. (Pensai-o Bem..... traduzido em lingua de Nyungue).
 - 14 P. SIMON, S. J. (Henrique Maria) — Catecismo Tete-Português.
 - 15 P. CZIMERMANN, S. J. (Estevam) — Bzakupemba na Bzimbo. Na Zievangelyo na Bziepistola zu madomingo. — Orações e Cânticos; Evangelhos e Epistolas dos Domingos. — Devocionário.
 - 16 HYMNO à Immaculada Conceição. (Colecção de cantos piedosos em lingua de Tete, chiényungue).
 - 17 P. CZIMERMANN, S. J. (Estevam) — Biblia Sagrada ya Testamento lakare na lpsa. (Biblia Sagrada do Antigo e Novo Testamento).
 - 18 P. TORREND, S. J. (Júlio) — Catecismo Sena-Português.
 - 19 P. TORREND, S. J. (Júlio) — Grammatica do Chisena. A Grammar of the Languages of the Lower Zambezi. (Em Português, Chisena e Inglês).
 - 20 P. SIMON, S. J. (Henri Marie) — Buku la Mau a Mulungu. (Livre traitant les choses de Dieu).
 - 21 P. CZIMERMANN, S. J. (Estevam) — Marua a Maria, peno Muezi na Maio. (Fleurs à Marie pour le mois de Mai).
 - 22 S. J. — Catecismo da Doutrina Cristã, traduzida em linguagem de Quelimane por um Missionário da Zambèzia Portuguesa. — Katesismo ua Dotrina Kristão, osaduliue malageio Echuabo na Padri na Zambezia ia Anhamatanga.

metrópole deixavam de existir os colégios que deviam preparar os evangelizadores?

As missões religiosas quiseram opor espíritos avançados as missões *laicas civilizadoras*, às quais foi concedido o «Colégio das Missões de Sernache de Bonjardim», onde se tinham formado missionários como D. António Barroso.

Para as regularizar publicaram-se o decreto n.º 12, de 7 de Julho de 1913, o Regulamento provisório de 20 de Outubro de 1915 e o Decreto n.º 3252, de Setembro de 1917.

Em 1926, após uma sindicância, foi encerrado o

-
- 23 P. CZIMMERMANN, S. J. (Estevam) — Catecismo da Doutrina Christã.
— Katekismo ia Doktrina Rakristao. (Em Português e Cafreal).
- 24 KUTUDWA kwa Johani nya ku Age. (Apocalypsis). (Em Cafreal).
- 25 P. MERLEAU, S. J. (Juliano) — Bzimbo na Bzakupemba bza Egreja ia ku Boronia.
- b) — Manuscripti*
- 26 P. COURTOIS, S. J. (Victor José) — Fábulas Cafreais. (Em Cafreal).
- 27 P. MOREIRA, S. J. (Alexandre M. Aranha Furtado de Mendonça) — Noções Grammaticaes da lingua de Sena.
- 28 P. MOREIRA, S. J. (Alexandre M. Aranha Furtado de Mendonça) — O Novo Testamento; Os Evangelhos de N. S. J. C., em lingua de Sena.
- 29 P. MOREIRA, S. J. (Alexandre M. Aranha Furtado de Mendonça) — Devocionario. (Em lingua de Sena).
- 30 DEVOCIONARIO. (Em lingua Cafreal).
- 31 P. MOREIRA, S. J. (Alexandre M. Aranha Furtado de Mendonça) — O Catecismo de Pio X traduzido em lingua de Sena.
- 32 P. TORREND, S. J. (Jules) — De Boroma à Miruru. (Un coin du Zambèze).
- 33 P. BORREL, S. J. (Henrique) — Contos Cafreais. (Em lingua de Quelimane).
- 34 P. SIMON, S. J. (Henrique Maria) — Manual do Chi-nyanja.
- 35 P. SIMON, S. J. (Henrique) — Resumo da Grammatica da lingua Chi-nyungue (Tete). E' tirada da Gramática dos RR. PP. Dupeyron e Torrend.
- 36 P. DIALER, S. J. (Luís Gonzaga) — Costumes e Historia do Zumbo e Miruru.
- 37 P. BORREL, S. J. (Henrique) — Contos Cafreais. (Em lingua de Quelimane).

instituto das missões laicas e entregue ao Superior dos Padres Missionários Seculares.

Vendo os perigos que as nossas possessões ultramarinas corriam, homens avançados, depois de observarem friamente os factos, chegaram à conclusão de que o laicismo era impraticável nas colónias, dando assim razão ao insuspeito António Enes, a Mousinho de Albuquerque e a Freire de Andrade.

Ocorre-me aqui uma conferência de Álvaro de Castro, antigo Governador de Moçambique, realizada no Ateneu Commercial do Pôrto, em 5 de Outubro de 1919. Extraí dela as palavras seguintes:

«Sou inteiramente favorável às missões católicas portuguesas, porque entendo que as missões laicas só terão acção eficaz nos territórios onde a acção da colonização branca é possível.

Com efeito, mesmo admitindo que o espírito laico possa substituir o espírito religioso, pergunto eu: ¿Quantas dezenas de anos levaríamos nós a criar os professores para as escolas de preparação, e quantos séculos não seriam precisos para o apetrechamento dos missionários laicos?!

Não esqueçamos que no Brasil e no Oriente, os verdadeiros missionários eram muitas vezes contrariados pelos padres seculares, que se viam ofendidos nos seus interesses materiais. E, quando o *interêsse material* se ergue, a evangelização afunda-se...

Não pôde ainda o Estado organizar devidamente na metrópole o ensino técnico, e trabalha nisso há mais de um século. ¿Como poderia êle organizar as escolas de artes e ofícios nas colónias?

Desvanecidas um pouco as preocupações *fanáticas*, surgiram os decretos n.ºs 5778 e 6332, ainda cheios de hesitações: ¿havia o receio de admitir a hierarquia eclesiástica!

O regulamento aprovado pelo decreto n.º 8351, da autoria de Rodrigues Gaspar, veio dar condições de vida às missões civilizadoras.

Surgiu, por fim, o decreto n.º 14.485, em que

João Belo manifestou abertamente, sem *respeitos humanos*, a sua idea.

E os interesses patrióticos não foram ofendidos, pois têm de funcionar em território português todos os colégios de preparação dos missionários coloniais subsidiados pelo Estado.

«E em tôdas as missões é obrigatório o ensino da língua portuguesa e da história de Portugal e absolutamente vedado o uso de outra língua europeia que não seja a portuguesa».

O *Acto Colonial* veio enfim coroar a verdadeira doutrina:

«As missões religiosas (1) do Ultramar, instrumento de civilização de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino (art.º 24).

VII

Serviços prestados à Ciência e à Literatura

Os nossos missionários compreenderam sempre muito bem a importância do estudo das línguas indígenas e por isso multiplicaram-se os métodos de leitura, as cartilhas, os dicionários, nas línguas faladas em Angola, Moçambique, no Brasil, Japão, Timor, etc.

Foram os Jesuítas os introdutores da tipografia na Índia, sendo as primeiras edições datadas de Ra-

(1) Segundo a emenda proposta pelo Dr. Manuel Fratel na Assembleia Nacional, o texto será emendado: em vez de «missões religiosas do Ultramar» ficará «missões católicas portuguesas no Ultramar».

chól (1). Em 1557 seria publicada aí uma cartilha de S. Francisco Xavier.

Quando o Marquês de Pombal, depois de expulsa a Companhia de Jesus, mandou converter o Colégio de S. Paulo no Colégio dos Naturais de Goa, ordena que as primeiras cadeiras sejam as da instrução das línguas próprias das terras onde tínhamos igrejas ou missões

«buscando-se nos sequestros dos Jesuítas
«as *Artes* por onde ensinavam as referidas línguas, contanto que sejam primeiro muito bem
«revistas e expurgadas e suprindo-se a falta
«delas... pelas artes que tiveram os Padres
«Congregados; ou por outros que se formem
«de novo à custa da Fazenda Real com seus
«vocabulários (2).

Os dominicanos P. Fr. Jerónimo da Cruz e o P. Fr. Sebastião Couto foram enviados ao reino de Sião, onde aprenderam a língua da terra com tanto cuidado que em breve a souberam tam bem como se foram criados nela, e logo começaram a prègar públicamente a doutrina do Evangelho em siamês (3).

Devem-se aos Jesuítas os primeiros conhecimentos que se receberam na Europa sôbre os caracteres nipónicos, como se prova pelas cartas de Baltasar Gago, pela *Arte da Língua Japonesa*, do irmão Duarte Silva (1564), que falava essa língua e nela prègava, pela *Arte da Língua do Japão*, impressa em Nangasaqui em 1604, e composta pelo P. João Rodrigues, que, segundo Gonçaves Viana, foi

«quem metodizou e reduziu a regras e normas a gramática Japonesa, pautando-a pelas
«*Artes Latinas* (4).

(1) Tomás Ribeiro, *Jornadas*, pág. 71.

(2) Menezes Bragança, *A Educação e o Ensino na Índia Portuguesa*, pág. 120 (Nova-Goa, 1922).

(3) Fr. João dos Santos, *Ethiopia Oriental*, vol. II, pág. 115.

(4) Jordão de Freitas, *Subsídios cit.*, pág. 77.

No século XVI introduziram êles no Japão os primeiros Tipos móveis, e das suas Tipografias saíram, por exemplo, o *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Japonicum* (1595), o *Guia dos Pecadores*, de Fr. Luís de Granada, a *Conjugação dos Verbos Regulares* em latim, japonês e português (Amacusa, 1594) e o *Vocabulário da língua do Japão com a Declaração em Português por alguns padres e irmãos da C.^a de J.* (1603) (1).

*

Bastam dois exemplos para nos revelar a tenacidade e o espírito penetrante dos missionários na sua tarefa de evangelização.

O P. José de Anchieta, sábio humanista que, como tantos e tantos padres da sua Companhia, se revela um poliglota, compunha em prosa e verso tanto em latim como em português e espanhol; a-fim-de descer até aos índios, aprendeu a língua Tupi para mais facilmente doutrinar (2). Compreende-se facilmente a influência sobre os indígenas dos livros religiosos compostos na sua própria língua.

Para catequizar os índios e os negros dedicou-se o P. António Vieira ao estudo das línguas do Brasil e Angola, compondo em seis línguas os catecismos que continham em resumo todos os mistérios da fé e a doutrina cristã (3).

A bibliografia sobre o assunto é imensa e revela-nos os enormes serviços prestados à ciência filológica pelas missões.

E que o entusiasmo não esmoreceu, prova-se por muitas obras modernas, entre as quais frisarei o *Pequeno Vademecum da língua Bantu na Província de*

(1) Vid. sobre livros de filologia dos Jesuítas no Japão, Ernest Mason Saton, *The Jesuit Mission Press in Japon — 1591-1610* (Impresso em 1888); Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, pág. 369-377 (Pôrto, 1917).

(2) Ronald de Carvalho, *Pequena História da Literatura Brasileira*. Vid. P. Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, pág. 377-383.

(3) Autobiografia, in *Defesa do Livro Intitulado «Quinto Império»*.

Moçambique ou *Breve Estudo da Língua Chi-Yau ou Adjava* comparada com os dialectos de Sena, Tete e Quelimane, seguida de um vocabulário da mesma língua e da de Quelimane, pelo P. Pedro Dupeyron, S. J., missionário da Zambézia Portuguesa (S. D. Lisboa, rua do Quelhas).

Foi oferecida ao vencedor do Barué, João de Azevedo Coutinho, que muito prestígio adquiriu entre os negros por se exprimir na língua destes.

E' curiosíssima a fábula cafreal recolhida por um missionário e inserida a pág. 100 — «O coelho, o tigre, o lagarto e a tartaruga». Por ela se vê a simpatia pela laranjeira e palmeira e o desprezo pelo *baobab*.

Em 1885 estabeleceram os Jesuítas as missões da Zambézia.

Seis anos depois já possuíam três gramáticas dos dialectos mais importantes, uma gramática comparativa das 24 línguas diversas da África e 29 volumes sobre religião em cafreal.

E' muito elucidativa a notícia do estabelecimento da missão do Chai-Chai.

Em 1906 chegam os Franciscanos. À custa do seu esforço pessoal, porque os indígenas se mostravam ariscos e desconfiados, constroem palhotas à maneira indígena, exploram o terreno, derrubam árvores, exploram águas, roçam o matagal, esgotam pântanos para ensaios de cultura. Durante três meses, os de maior calor, sob chuvas torrenciais, lutam, cheios de febre, contra a falta de géneros e defendem-se da desconfiança dos indígenas.

Levanta-se um barracão para escola.

Os missionários aprendem o landim, a língua da região, servindo-se de gramáticas e dicionários, e depois de alguns meses de convivência já se entendiam com os chai-chaianos.

E a língua portuguesa dentro em pouco era falada muito ao largo em volta da missão e em 1909 esta já se distinguia pelas suas explorações agrícolas e pecuárias (1).

(1) P. M. Alves Correia, *Missões Franciscanas Portuguesas de Moçambique*, pág. 52.

Para facilitar a evangelização dos timores, a quem iam ensinando a agricultura, a indústria dos tejos, os ofícios de pedreiro e carpinteiro, publicou o P. Sebastião Aparício, em língua tétum, um catecismo, um resumo da doutrina cristã e outro de História Sagrada (1).

*

Mas as obras dos missionários não nos interessam apenas sob o ponto de vista filológico. Importam à geografia, à história, à etnografia, à medicina, à botânica, à geologia, à astronomia, às matemáticas, à agricultura, às instituições de beneficência (montepios, hospitais, asilos...).

Muitas encontram-se ainda manuscritas, outras desapareceram no meio dos cataclismos que nos têm assolado (o cativo de Castela, o terramoto de 1755, as invasões francesas, as lutas liberais, etc.). Mas bastam as obras impressas para nos imporem verdadeira veneração pela memória dos seus autores. Às vezes observa-se uma certa ingenuidade só estranhável para aqueles que nunca se dedicaram a estudos etnográficos. Mas quanta poesia! ; Quantas situações dramáticas escritas por mãos de mestre! ; Quanta sobriedade na descrição das scenas mais trágicas! ; Quantos quadros soberbos se podem arrancar àquelas páginas maravilhosas!

Elogiamos nós muitas vezes os trabalhos de algumas nações modernas tendentes a incutir a educação cívica. Pois eu ia jurar que nenhum país possui um manancial tam rico como o nosso.

O estilo é às vezes de uma vivacidade e de uma precisão que nada ficam a dever aos escritores realistas do século XIX.

Para se avigorarem na fé e no espírito de sacrifício costumam os Padres da Companhia de Jesus ler às refeições um passo da *Imagem da Virtude...*, pelo P.^e António Franco.

E' uma série de relações curiosíssimas baseadas

(1) Acácio Casimiro, S. J., *A actividade missionária da Companhia de Jesus*, pág. 11 (Pôrto, 1931).

em cartas das testemunhas dos acontecimentos. Citemos algumas:

«*Volta do P. Baltasar Gago à Índia e do muito que padeceu na viagem...*

«*Martírio do P. Inácio de Azevedo, visitador no Brasil, e dos seus companheiros...*

«*Naufrágio da nau Santiago... 2 relações manuscritas pelo P. Pedro Martins e outra do irmão Manuel Dias...*

«*Vida do P. Belchior... Barreto, o primeiro que prègou... China...*

«*Vida do P. Jerónimo Lôbo (1678)...*

Nesta obra há um capítulo curiosíssimo intitulado

«De como navegou a Melinde para descobrir novo caminho para a Etiópia e do que aqui lhe succedeu (1).

Alia-se aqui a temeridade da empresa ao pitoresco do estilo.

Com que realismo nos descreve o P. J. Lôbo a sua chegada à choupana do rei dos Galas, assistido pelos seus fidalgos!

«...cada um (dêstes) tinha o seu varapau nas mãos ou uma macinha de um côvado com a cabeça como de dois punhos, segundo a qualidade do hóspede; porque aos nobres serviam com os varapaus, à gente ordinária com as macinhas. Logo que o triste entrava no negro paço, era muito bem varejado de uma e outra parte, até sair fugindo pela porta fora, não se acomodando com tam pouco gostoso *Deus vos salve*. Passada esta primeira saúdação comum, tornava a entrar já desas-

(1) O Itinerário do P. Jerónimo Lôbo foi traduzido para Francês com este título — *Relation Historique d'Abissinie du R. P. Jérôme Lobo de la Compagnie de Jésus, traduite du Portugais...* par M. Legrand (Paris, 1728).

«sombroso, ainda bem que moído, e então negociava com el-Rei. Preguntados dêste bárbaro costume, respondiam ser para que os que negociavam com el-Rei o fizessem com humildade.

«Isto usavam só com os naturais, porque com os portugueses se haviam à sisuda, sem preceder esta função, dizendo que com êles o não faziam, por serem deuses do mar e gente honrada.

Livrou-se, portanto, o missionário da pesadíssima saúdação feita por meio dos tais varapaus ou maciñas, mas

«hospedou-o a terra com uma rija febre...»

que só podia ser moderada por meio de uma sangria.

E lá vem o sangrador, «um mouro velho e manco, falto de um olho, coberto de andrajos», com a ferramenta da arte: três pontas de boi, que operavam à guisa de «ventosas», e que ficavam «tesas e direitas» sôbre a pele «como se ali tiveram nascido», «uma faca ferrugenta e cheia de bôcas, mais serra que faca», «um meio ladrilho para amolar», um pedacinho de papel para pôr sôbre a ferida, cebo para esfregar sôbre esta...

D. Manuel II, a cujo trabalho honesto e patriótico todos devemos prestar homenagem, dá-nos conta nos seus *Livros Antigos Portugueses* (1) de algumas edições de cartas dos Jesuítas:

1 — Padre M. Gaspar Barzeo, *Carta de la India* (Lisboa, 1540).

(O autor, natural da Zelândia, veio para Coimbra, onde foi recebido na Companhia de Jesus).

Seguiu depois para a Índia, onde foi companheiro de S. Francisco Xavier. Tendo trabalhado em Ormuz durante três anos, dá-nos informações geográficas, notícias de costumes, etc.

(1) 1489-1600 (3 volumes).

2 — *Cartas de los Jesuitas de la India* (1562).

3 — *Cartas de los Jesuitas del Japon* (1565).

4 — *Cartas que os Padres e irmãos da Companhia de Jesus, que andão nos Reynos do Japão escreverão... desde o anno de 1549 até o de 66, impressas por mandado do... Senhor Dõ João Soares, Bispo de Coimbra* (1590). Duas edições do mesmo ano. (Esta nota foi-nos dada pelo P. Francisco Rodrigues).

5 — *Cartas de Padres y hermanos de la Compañia de Jesus que escrierieron de la India, Japon y Brasil a los padres y hermanos de la misma Compañia en Portugal* (1555).

(Foram escritas em português e traduzidas depois para castelhano para maior facilidade na expansão).

Entre os irmãos e padres que aí figuram encontram-se o P. Belchior Nunes Barreto, o irmão Pedro Correia, morto pelos índios do Brasil juntamente com o P. João de Sousa, que nos relata as proezas do P. Nóbrega junto dos canibais, José de Anchieta e o famoso Fernám Mendes Pinto, autor da *Peregrinação*, irmão dos Jesuítas durante algum tempo e amigo de S. Francisco Xavier, a quem pertence também o trabalho *Information de algunas cosas de la China*.

6 — *Copia de algunas cartas que los padres y hermanos de la compañía de Jesus, que andavam en la India y otras partes Orientales escrierieram a los de la misma compañía en Portugal* (desde 1557 até 1561). Coimbra, 1562.

São 25 cartas publicadas pelo célebre humanista P. Manuel Álvares, saídas do colégio das Artes de Évora, cheias de informações históricas como a da tomada de Damão pelo vice-rei D. Constantino de Bragança, assistido de dois Jesuítas, um dos quais o P. Gonçalo da Silveira, mais tarde martirizado no Monomotapa, e a da guerra sustentada pelo Governador Francisco Barreto, em cujos primeiros encontros se via à frente o P. João de Mesquita de crucifixo ao alto, motivo de tanta consolação, alegria e esfôrço, como a Vera Cruz de Marmelar hasteada no Salado (!). Este Padre recebeu depois 7 ou 8 feridas em Termi-

(!) O confronto é de D. Manuel.

cale e, algemado, de corrente ao pescoço, foi metido num cárcere horrível, donde se salvou milagrosamente.

7 — *Cartas de los jesuitas de lo Japon* (Coimbra, 1565).

São 40 depoimentos preciosíssimos para a nossa história, escritos do Japão, de Malaca, de Goa, etc., dois dos quais pertencem ao maior conquistador do Oriente, o P. Francisco Xavier.

— Há outra colecção de cartas, publicada em Évora em 1598, em dois volumes que abrangem o ano de 1542 até o de 1580 (o 1.º) e desde 1581 a 1595 (o 2.º).

Nas diferentes colecções que citei há cartas repetidas.

Enumeremos mais algumas obras de missionários:

— Fr. Gaspar da Cruz, dominicano, *Relação da China e de suas particularidades*. (O autor começou a pregar na China em 1556).

— P. João Cabral, *Relação Copiosa dos Trabalhos que padeceu na missão de Tibete* (1635). (Obra traduzida para francês).

— P. Fernão Cardim, *Narrativa de uma viagem e missão jesuítica pela Baía, Ilhéus, Pôrto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, etc.*

— *Itinerário da Índia por terra*, composto pelo franciscano Fr. Gaspar de S. Bernardino (Lisboa, 1854).

— *Relação do Novo Caminho que fêz por terra e mar vindo da Índia para Portugal no ano de 1663*, o P. Manuel Godinho da Companhia de Jesus (2.ª ed. Lisboa, 1842).

— *Etiópia Oriental*, por Fr. João dos Santos, da Ordem de S. Domingos (2 vol. Lisboa, 1891). Obra notável e de interesse máximo para a nossa história, geografia, etnografia, antropologia, botânica e zoologia.

— *Oriente conquistado a Jesus Cristo*, pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa... ordenada pelo P. Francisco de Sousa, religioso da mesma Companhia (2 vol., 2.ª ed., Bombaim, 1881).

— *Relação Anual das Coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Ambóino, Malaca, Pe-*

gu, Bengala, Bisnagá, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancar, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Lahor, Dio, Etiópia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil nos anos de 1600 a 1609, pelo P. Fernão Guerreiro da Comp. de Jesus (2 vol., 2.^a ed., Coimbra, 1930-1931). Nesta obra insere-se uma carta do Japão elaborada pelo P. António Francisco Cardim para os seus *Elogios Japoneses*.

— *Carta Annuã da Vice-Presidencia do Japão no anno de 1604*, pelo P. João Rodrigues Giram (Coimbra, 1933).

— *Chronica da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal e do que fizeram nas conquistas deste Reyno os Religiosos que na mesma Provincia entraram...*, pelo P. Balthasar Teles (2 tomos). (Lisboa, 1645 e 1647).

— *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil...*, pelo P. Simão de Vasconcelos (Lisboa, 1663).

Percorramos finalmente a *História Trágico-Marítima* e lá vamos encontrar, entre várias relações muitas vezes anónimas, a da *Viagem e successo que teve a Nau S. Francisco em 1596*, pelo P. Gaspar Afonso, um dos oito da Companhia que nela iam, preciosa pelas informações que nos dá quanto aos costumes dos índios do Brasil, e pela coragem com que ataca os promotores da "escravaria", defendida pelos colonos "por ser mais barata do que os negros da Guiné"; a da *Viagem e successo que tiveram as naus Aguiã e Garça, vindas da India em 1559*, pelo P. Manuel Barradas; a da *Viagem e successo que teve a nau Capitânia Nossa Senhora do Bom Despacho no ano de 1630*, por Fr. Nuno da Conceição.

Ignoram muitos portugueses a existência de tantas e tantas preciosidades, mas aos investigadores estrangeiros não passam despercebidas e daí a tradução para inglês da *Etiópia Oriental*, de Fr. João dos Santos, obra preciosíssima ainda hoje e indispensável sobre a África Oriental.

Por ordem do govêrno inglês foi traduzido o *Oriente Conquistado*, do P. Francisco de Sousa.

A Itália, quando se lembrou de estender a sua

influência até à Abissínia, começou por publicar a nossa literatura sôbre a Etiópia.

Caiu-me há pouco sob os olhos uma obra luxuosa, cheia de lindas gravuras: *Shin-Tô. The Way of The Gods in Japan*, ... by George Schurhamer, Edição de Leipzig (1923), escrita em inglês. Baseia-se nos trabalhos impressos e manuscritos dos missionários Jesuítas no Japão nos séculos XVI e XVII. ¡A comoção que se apoderou de mim ao verificar que muitos dêsses missionários eram portugueses! Lá vinham o P. Baltasar Gago e o P. Vilela.

VIII

A preparação missionária

Num esplêndido artigo inserto no *Portugal Missionário* confessa um discípulo de Sernache a sua tristeza ao reconhecer, mal desembarcou em Lourenço Marques, quam deficiente era a sua "bagagem de conhecimentos", a-pesar-de dez longos anos de aprendizagem.

E por isso vai aconselhando os novos:

"A todos os conhecimentos que forem
"adquirindo devem dar uma feição prática,
"aprendendo a resolver os intrincados casos
"de consciência; a fazer exercícios... de re-
"gisto paroquial; estudar escrituração; trei-
"nar-se na enfermaria do colégio e na farmácia;
"estudar topografia, desenho e música; infor-
"mar-se do funcionamento de várias oficinas;
"estudar as regras mais necessárias da constru-
"ção civil; ...aprender tudo o que... puder,
"relativo à agricultura.

Muito complexo se nos apresenta, portanto, o problema da preparação missionária. Parece-me que ninguém resumiu melhor o assunto do que D. António Barroso — "o maior de todos os missionários modernos" — segundo o parecer do P. António Lourenço Farinha.

O falecido Bispo do Pôrto não acreditava nos frutos das missões laicas, porque

«Se (aos missionários), obreiros do progresso e da civilização, faltar o fervor religioso e (nêles) afrouxar a caridade, que tudo sofre para educar o selvagem, a sua obra será fria e morta e os resultados hão-de ser fatalmente pobres e escassos... O missionário levado à África com a mira única nos bons ordenados seria inútil, ou, pelo menos, pouco proveitoso, talvez até nefasto (1).

Contrariava assim o parecer romântico do Marquês de Sá da Bandeira, para quem a solução do problema residia nos bons ordenados.

As missões, sem o trabalho, não podiam dar frutos apreciáveis.

O primeiro cuidado das missões devia ser a agricultura, donde resultariam três vantagens principais: aliviar as despesas, ensinar os hábitos de trabalho ao indígena e introduzir novas culturas e processos mais aperfeiçoados de exploração da terra.

Para êsse ramo bastaria um irmão leigo.

O segundo lugar pertenceria aos oficiais mecânicos, irmãos leigos também, que ensinariam o indígena pelo exemplo:

«Que o preto saiba bem a nossa língua, ler e escrever correctamente, com uns princípios de aritmética e história natural, e ter-lhe-emos dado o que êle mais precisa para o espirito.
«Seja lavrador, artista ou pastor e terá tudo
«o que lhe é preciso para o corpo (2).

Em suma: numa mão *a cruz*, noutra *a enxada*. Como o missionário isolado pouco podia fazer, o remédio era a congregação, em que os membros

(1) *O Congo, Seu Passado, Presente e Futuro*, pág. 68 (Lisboa, 1889).

Cfr. *Lusiadas*, canto X, est. 150: «Que o bom religioso verdadeiro | Glória vã não pretende nem dinheiro.»

(2) *Obra cit.*, pág. 75.

estivessem ligados por laços morais, capazes de estabelecer a unidade necessária.

Mas uma obra educativa que tivesse apenas por alvo o homem era deficiente. Essencial se tornava elevar a mulher selvagem da condição miserável em que se encontrava à de boa espôsa, boa mãe e boa dona de casa.

Pouco importava à mulher a aprendizagem da leitura; o que se impunha era transformá-la de escrava em companheira do homem, formar a família cristã enfim.

E tôda essa instrução, a única que por agora lhe pode ser verdadeiramente proveitosa, só outra mulher está em condições de lha ministrar — a irmã educadora, movida pela dedicação e inspirada por uma fervorosa caridade.

Justo é salientar-se, nesse sentido, a obra das irmãs auxiliares de S. José de Cluny, cujos resultados pudemos avaliar na Exposição Colonial do Palácio.

Reatando uma tradição de séculos, parecia-lhe muito útil o clero indígena.

E, empregados assim todos os esforços, não supunha D. António Barroso uma utopia uma *Nova Lusitânia* na Africa.

O plano ainda hoje pode considerar-se como perfeito. E necessário se torna que êle se ponha em plena execução, estendendo-se as casas missionárias portuguesas por tôdas as nossas colónias.

Não pode admitir o nosso brio patriótico que as escolas estrangeiras, muito mais numerosas do que as nossas, estejam livremente desnacionalizando o território que os nossos antepassados conquistaram à custa de sacrifícios sem nome.

IX

Palavras finais

Antes de terminar, eu quero repetir um conselho dado por mim aos alunos repetidas vezes.

Muitos erros históricos têm passado de livro para livro, de compêndio para compêndio, através das ge-

rações, porque nós, um tanto preguiçosos, fixamos facilmente as ideas estranhas sem nos darmos ao trabalho de as analisar escrupulosamente.

Antes de lermos o juízo dos outros sobre uma obra literária, juízo falso muitas vezes, porque nasce da superficialidade, das tendências e das paixões do crítico, façamos a leitura conscienciosa da obra.

Em vez de formarmos juízo de um homem pelas suas palavras, por aquilo que os outros dizem, e quantas e quantas vezes bem levanamente, estudemos-lhe a obra, esmiúcemos as suas acções. E, assim, conseguiremos descer da peanha pretensos valores para lá collocarmos criaturas modestas e tímidas que, por falta de espírito exhibicionista, não impresssionaram nem as multidões nem os adulares interesseiros das massas.

Desviemo-nos de condenar uma instituição, só pelo facto de a vermos condenada pelo historiador A. ou pelo historiador B., porque os historiadores são homens, e todos nós temos a nossa educação, defeitos, simpatias e paixões que nos perturbam.

Para que se afastem, o mais possível, as probabilidades de erro, temos de estudar muito bem a época em que essa instituição nasceu e se criou.

Quantos e quantos erros judiciários se cometem nos nossos dias porque os juizes não sabem, não podem ou não querem descer ao estudo profundo do carácter dos réus e das testemunhas! Para que um juiz dos nossos dias mereça tal nome, precisa de ser uma criatura honesta, inteligente, um homem completamente absorvido, enfim, pela sua missão.

Ora, se o papel do julgador é tam difficil, embora elle perpassse todos os dias pelos réus que tem de julgar e pelas testemunhas que, por falta de carácter, por leviandade ou por uma ilusão vulgaríssima, levam um inocente à penitenciária ou põem o verdadeiro criminoso em liberdade, não precisamos nós de muito senso, de cultura, de escrupulos, para julgarmos os homens de outras eras, que tinham psicologia muito diferente da nossa, costumes e leis fáceis de interpretar apenas para aqueles que se embrenham

desempoeiramente no estudo das sociedades antigas?

Gostam em geral as crianças da leitura de Júlio Verne. Pois bem: na nossa *História Trágico-Marítima*, nos *Itinerários*, nas *Relações de Viagens*, nas *Cartas dos nossos missionários*, nos livros de história sobre a nossa acção por terras e mares desconhecidos, encontram uma fonte inesgotável onde podem saciar a sua sêde de aventuras — casos não inventados pela imaginação dos homens, mas sim proezas palpantes onde os nossos antepassados figuram como actores.

A biblioteca do Liceu de Rodrigues de Freitas é bastante rica, mercê em grande parte da generosidade do benemérito Professor P. A. Gomes Pereira, verdadeiro missionário da nossa literatura, que os seus discípulos recordam ainda cheios de saúde.

Que os nossos alunos acudam a essa biblioteca e procurem apetrechar o espírito para a luta contra tôdas as traições do meio ambiente, são os votos de quem — ai de mim! — não conseguui de certo agradar nem a gregos nem a troianos, muito dados aos achaques da intolerância, se gregos e troianos estivessem aqui, a ouvir-me.

Mas eu, realizando o meu Trabalho, não fiz voto de agradar a ninguém.

Procurei apenas citar factos e interpretá-los de harmonia com as normas que me têm guiado, e que, já agora, no Outono da Vida, não estou disposto a rejeitar.

No amor da Verdade fui educado, no amor da Verdade fui desenvolvendo o espírito pela vida fora, e no amor da Verdade espero em Deus morrer.

E a Verdade manda-me descobrir respeitosamente perante o trabalho das missões — essa escola de virtude, de intelligência, de saber, de patriotismo, de carácter enfim — onde os discípulos de Jesus O confessam diante de todos os homens, mesmo no auge das torturas mais cruciantes, e se defrontam, serenos, com a morte, por se recusarem decididamente a negá-LO.

E a todos os portuguezes, seja qual fôr o seu credo, se impõe a mesma homenagem de respeito

e de reconhecimento, porque os missionários, espalhando por todos os recantos do mundo o nome de *Jesus* — gravaram por tôda a parte também, para todo o sempre, o nome bendito de PORTUGAL.

Disse.

AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA.